



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE OPERAÇÕES AÉREAS - SOAR/CAOP/DIREX/PF

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 3924702/2017-SOAR/CAOP/DIREX/PF

Processo nº 08211.001097/2017-51

1. **DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada no fornecimento de código de uso, por meio de *assinatura anual*, para acesso aos documentos/cartas de navegação aérea com coberturas específicas para a América do Sul e Brasil, *em formato eletrônico*, disponíveis no aplicativo (*software*) *Jeppesen Mobile Flite Deck*, todos com *atualização periódica*, confeccionados pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, com sede nos Estados Unidos da América, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Quantidade anual (Assinaturas)	Valor total estimado (R\$)
01	Código de uso, por meio de <i>assinatura anual</i> , para acesso aos documentos/cartas de procedimentos IFR com cobertura para o território brasileiro conforme referência JEPPESEN “BRAZIL ELETRONIC CHARTS (Four Installs Version). PART NUMBER: 10018447, <i>em formato eletrônico</i> , disponíveis no aplicativo (<i>software</i>) Jeppesen Mobile Flite Deck, <i>com atualização periódica</i> .	06	31.982,49
02	Código de uso, por meio de <i>assinatura anual</i> , para acesso aos documentos/cartas de procedimentos IFR com cobertura para a América do Sul conforme referência JEPPESEN “SOUTH AMERICA ELETRONIC CHARTS (Four Installs Version). PART NUMBER: 10018446, <i>em formato eletrônico</i> , disponíveis no aplicativo (<i>software</i>) Jeppesen Mobile Flite Deck, <i>com atualização periódica</i> .	01	9.490,00

1.2 Da divisão em itens

1.2.1 A licitação será dividida em dois itens, discriminados sinteticamente acima e detalhadamente neste Termo de Referência, podendo o licitante apresentar proposta para quantos forem de seu interesse.

1.2.2 A divisão em itens não compromete o desempenho técnico do objeto, além de ser medida de majoração da disputa que amplia a competitividade, traz maior vantajosidade nas contratações públicas.

1.2.3 O critério de julgamento das propostas será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

1.3 Especificação do Objeto

1.3.1 Os documentos de navegação aérea disponíveis no aplicativo (software) *Jeppesen Mobile Flite Deck*, todos com *atualização periódica*, confeccionados pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, com sede nos Estados Unidos da América, é composto dos seguintes produtos:

1.3.1.1 06 (seis) Assinaturas anuais com fornecimento de código de uso para acesso aos documentos/cartas de procedimentos IFR - cobertura para o território brasileiro, *em formato eletrônico*, conforme referência descrita no item 1;

1.3.1.2 01 (uma) Assinatura anual com fornecimento de código de uso para acesso aos documentos/cartas de procedimentos IFR - cobertura para a América do Sul, *em formato eletrônico*, conforme referência descrita no item 2.

1.3.2 As publicações aeronáuticas disponíveis no aplicativo (software) *Jeppesen Mobile Flite Deck* são compostas de cartas de subida e descida por instrumentos, cartas de aerovias em rota e informações sobre procedimentos em aeroportos e espaços aéreos.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Da justificativa:

2.1.1 A presente contratação decorre do término da vigência do **Contrato nº 27/2016-COAD/DIREX** que findará em **29/09/2017** e da obrigatoriedade das cartas aeronáuticas a bordo de aeronaves brasileiras, conforme Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) 91.503 (a) (3) (4).

2.1.2 Além disso, destaca-se que o DECEA, (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) órgão do Ministério da Aeronáutica, publica periodicamente cartas aeronáuticas somente para o espaço aéreo brasileiro. No entanto, com o aumento da demanda de operações solicitadas a esta Coordenação, incluindo diversas missões fora do território nacional, torna-se necessária a contratação de assinatura periódica para publicações referentes ao espaço aéreo fora do Brasil, abrangendo todas as Américas.

2.1.2 Da escolha do fabricante:

2.1.2.1 A JEPPESEN é a única fornecedora que dispõe este tipo de material para atender todas as regiões do mundo. No caso específico da CAOP/DIREX, estamos solicitando assinatura para a América do Sul e Brasil, somente. A intenção de contratação da assinatura confeccionada pela JEPPESEN se dá pela qualidade do material utilizado e pela necessidade de padronização de material usado nas aeronaves.

2.1.2.2 Importante frisar o desconhecimento por parte do corpo técnico aeronáutico desta Coordenação de outra empresa nacional ou estrangeira que preencha os requisitos indicados neste Termo de Referência para atender os serviços prestados de compilação, atualização e disponibilização dos documentos cartas aeronáuticas.

2.1.2.3 Além disso, cumpre ressaltar que as aeronaves da frota da Polícia Federal: King Air 350, dois Grand Caravan C208 com aviônicos de navegação modificados no ano de 2016 e aeronave AW139, já possuem em seus sistemas de navegação cartas aeronáuticas no formato JEPPESEN.

2.1.2.4 Portanto, não seria recomendado a utilização de dois tipos de cartas nas aeronaves, pois o diferente *layout* poderia causar dúvidas de interpretação, colocando em risco a Segurança do voo. As cartas JEPPESEN possuem um detalhamento usado internacionalmente, possibilitando que os tripulantes da CAOP se mantenham familiarizados com este tipo de material, estando prontos para realizar missões no Brasil e exterior.

2.2 Do objetivo:

2.2.1 A contratação das assinaturas mencionadas em formato eletrônico destina-se ao atendimento das aeronaves modelo EMBRAER ERJ145, prefixos PR-DPF e PR-PFN; aeronave KING AIR prefixo PR-BSI; aeronaves CARAVAN, prefixos PR-AAB e PR-AAC; helicópteros Esquilo PR-HFC e PR-HFD e helicóptero AW-139, padronizando-se assim a documentação usada por tripulantes que voam nestes tipos de aeronaves, com cada piloto possuindo seu Tablet/Ipad com a assinatura.

2.2.2 Ademais, esta Coordenação possui atualmente em atividade 12 pilotos de asa fixa e 12 pilotos de Asa Rotativa, havendo a necessidade de que estes possuam acesso irrestrito e permanente ao material disponibilizado em seus *tablets*, a fim de proporcioná-los estudo, planejamento para execução dos procedimentos relacionados às cartas aeronáuticas e ao voo propriamente dito.

2.3. Do serviço de natureza contínua

2.3.1 O objeto da presente contratação refere-se ao fornecimento de código de uso, por meio de *assinatura anual*, para acesso aos documentos/cartas de navegação aérea com coberturas específicas para a América do Sul e Brasil, *em formato eletrônico*, disponíveis no aplicativo (*software*) *Jeppesen Mobile Flite Deck*. Esse *software* possibilita o acesso pelos usuários (pilotos) às constantes atualizações das cartas confeccionadas, modificadas e distribuídas pela aeronáutica e demais órgãos regulatórios de controle dos espaços aéreos de outros países, sempre que estes acarretarem e disponibilizarem novas publicações.

2.3.2 A contratação pretendida visa manter as atividades de apoio aéreo da CAOP tão essenciais ao cumprimento da missão institucional da Polícia Federal. O acesso ao *software* que permite a disponibilização das cartas aeronáuticas é realizado rotineiramente pelos pilotos das 08 (oito) aeronaves da Polícia Federal em todo e qualquer voo a ser realizado sob regras de instrumento. A cada voo tais cartas devem ser verificadas pelo comandante da aeronave e pelo segundo piloto e, caso seja identificado o vencimento de alguma, o usuário recorre ao procedimento de atualização das mesmas por intermédio do *software*.

2.3.3 Por fim, importante frisar que as cartas aeronáuticas são documentos **obrigatórios** a bordo das aeronaves brasileiras, conforme Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) e a sua ausência podem inviabilizar a decolagem das aeronaves que operam segundo regra de voo por instrumentos. O DECEA, (Departamento de Controle do Espaço Aéreo) órgão do Ministério da Aeronáutica, publica periodicamente cartas aeronáuticas para o espaço aéreo brasileiro. **Cumprе ressaltar que a qualquer momento os órgãos reguladores podem confeccionar ou alterar procedimentos aeronáuticos de determinada localidade, de maneira que para manter a segurança e legalidade das operações é mandatório que os pilotos certifiquem-se diariamente de estarem portando cartas atualizadas.** Neste sentido, uma vez utilizado o *software* objeto da presente contratação, faz-se necessário que sempre seja consultado e realizado procedimento de identificação e atualização das cartas em vigência antes de qualquer voo.

2.3.4 Assim, forçoso é reconhecer que se trata de um serviço de natureza contínua, pois a disponibilização dos documentos/cartas aeronáuticas através das suas atualizações periódicas faz parte das atividades rotineiras da CAOP, não podendo sofrer interrupções, sendo, portanto, indispensável para evitar a inviabilização de toda atividade aérea desta Coordenação (Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica (RBHA) 91.503 – obrigatoriedade das cartas aeronáuticas), bem como essencial ao cumprimento das atividades fins da Polícia Federal que necessitam de apoio aéreo.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A contratação enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

3.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1 Os serviços contratados, correspondentes a disponibilização dos documentos/cartas de navegação aérea, *em formato eletrônico*, descritos no subitem 1.1, serão executados mediante o fornecimento de um código de uso para cada assinatura anual que possibilitará o acesso ao serviço de compilação e disponibilização em tempo real das cartas aeronáuticas de qualquer localidade no Brasil e na América do Sul.

4.1.2 Cada código de uso possibilita a instalação em até 04 (quatro) dispositivos móveis (tablets).

4.1.3 Os códigos de uso poderão ser encaminhados ao Representante da Contratante via e-mail ou por meio físico, via correios, observados os prazos previstos neste Termo de Referência.

4.1.4 A vigência de cada assinatura é anual, o que significa que a CONTRATADA se responsabilizará para que os códigos fornecidos disponibilizem o serviço de compilação e disponibilização em tempo real das cartas aeronáuticas de qualquer localidade no Brasil e na América do Sul durante todo o período de 365 dias, a partir da data da publicação do contrato, devendo a mesma realizar contado com a JEPPESEN SANDERSON, INC, com a finalidade de saneamento das inconsistências eventualmente relatadas pela CONTRATANTE.

4.1.5 A licitante deverá fornecer todas as atualizações e revisões disponibilizadas pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, durante o período de duração do contrato.

5. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

5.1 Cada assinatura anual deverá contemplar, no mínimo, 4 (quatro) tablets, com sistema operacional android, IOS ou similar, conforme especificações técnicas do produto.

5.2 A licitante deverá fornecer todas as atualizações e revisões disponibilizadas pela empresa JEPPESEN SANDERSON, INC, durante o período de duração do contrato.

5.3 A contratação enquadra-se nos termos do Art. 6º do Decreto nº8.538/2015^[1], porém excepcionalmente para o objeto licitatório em questão não há necessidade de participação de empresas reunidas em consórcio ou sociedades cooperativas, tendo em vista a peculiaridade do objeto e a forma simplificada da prestação do serviço.

6. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

6.1 Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os códigos de uso, via e-mail ou por meio físico, via correios, observados as quantidades, qualidades e os prazos previstos neste Termo de Referência.

7. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

7.1 A execução dos serviços será iniciada após publicação do extrato de contrato no Diário Oficial da União, por meio do envio do código de uso pela CONTRATADA, via e-mail ou por meio físico, via correios, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, para o seguinte endereço: Aeroporto Internacional de Brasília,

Setor de Hangares, Hangar 13/14, Lago Sul, Distrito Federal, CEP 71.608-900, de segunda a sexta, no horário de 08 às 19h.

7.2 O material disponível eletronicamente deverá estar atualizado conforme cronograma do editor, pois o acesso às atualizações fora do prazo indisponibilizam o material para uso, prejudicando os voos das aeronaves da PF.

7.3 Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.4 O atraso na entrega sem justificativa e prévia comunicação aceita pela Polícia Federal implicará nas sanções previstas neste Termo e na legislação.

7.5 Os produtos serão objeto de inspeção, que será realizada por servidor da COORDENAÇÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL e constará das seguintes fases:

a) Abertura das embalagens; e

b) Comprovação de que o código de acesso fornecido por meio da assinatura anual atende à quantidade e às especificações exigidas e não contenha problemas de funcionalidade.

7.6. Caso o código de uso não possibilite o acessos dos usuários aos serviços do *software*, a CONTRATADA deverá substituí-lo em 24 (vinte e quatro) horas ou sanar a inconsistência gerada pelo código de uso fornecido.

7.7 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.8 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados (chave de acesso para o acesso ao aplicativo (software) *Jeppesen Mobile Flite Deck*, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.10 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. AVALIAÇÃO DO CUSTO

8.1 O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 31.982,49 (trinta e um mil, novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos) e de R\$ 9.490,00 (nove mil, quatrocentos e noventa reais), para os itens 01 e 02, respectivamente.

8.2 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado de acordo com os valores do contrato vigente de número 27/2016-COAD/DLOG e pesquisa de preço realizada com as empresas do ramo, juntada aos autos.

8.3 Os valores demasiadamente discrepantes foram desconsiderados, de acordo com os §§ 2º e 5º do art. 2º da IN nº 03/2017 –SLTI/MPOG.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato de Contrato no DOU, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos de 12 (doze) meses, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses, conforme redação do inciso II, art. 57, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.4 Não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

10.5 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.6 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o art. 36, §8º da IN SLTI/MPOG N. 02/2008.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

11.2 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto em razão do mau funcionamento do código de uso/impossibilidade do acesso pelos usuários (pilotos) aos serviços do *software*;

11.2.1 Caso o código de uso não possibilite o acessos dos usuários aos serviços do *software*, a CONTRATADA deverá substituí-lo em 24 (vinte e quatro) horas ou sanar a inconsistência gerada pelo código de uso fornecido.

11.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.5 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

11.6 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

11.7 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.8 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

14.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3 Antes de cada voo, o piloto/comandante bem como o segundo piloto acessarão o aplicativo *Jeppesen Mobile Flite Deck* e verificarão a validade das cartas aeronáuticas. Caso seja verificado o vencimento de alguma das cartas, será realizado o procedimento de atualização, o qual servirá posteriormente como comprovante da realização dos serviços objetos do referido contrato, bem como garantirá a segurança e legalidade das operações aéreas das aeronaves desta Coordenação.

14.4 Cada piloto ao executar o procedimento de atualização das cartas aeronáuticas atuará de forma a auxiliar o fiscal do contrato, uma vez que a impossibilidade de acesso às cartas atuais inviabiliza a operação aérea da CAOP/DIREX/PF.

14.5 Uma vez detectada qualquer irregularidade na prestação do serviço por parte de qualquer piloto, este imediatamente informará ao fiscal do contrato que tomará as devidas providências a fim de restabelecer de forma eficaz a disponibilização do objeto do contrato, evitando a inviabilização das operações aéreas desta Coordenação;

14.6 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.7 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

14.8 O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.9 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.10 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.11 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.12 As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for

pertinente à contratação.

14.13 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 fraudar na execução do contrato;

15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 cometer fraude fiscal;

15.1.6 não mantiver a proposta.

15.2 A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

15.2.3 multa moratória de 0,2 % (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso, em razão do mau funcionamento do código de uso/impossibilidade do acesso pelos usuários (pilotos) aos serviços do *software*, sobre o valor da assinatura correspondente, até o limite de 30 (trinta) dias;

15.2.3.1 O prazo previsto no subitem anterior será contado a partir das 24 (vinte e quatro) horas descritas no subitem 11.2.1 (Das obrigações da Contratada).

15.2.4 multa Compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.5 em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.6 suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

15.2.7 impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

15.2.8 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

15.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

15.3.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.3.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.3.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

15.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

15.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

15.6 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

16. DAS AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1 A Empresa deverá observar o disposto no art. 6º da IN nº 01/2010-SLTI/MPOG, referente à sustentabilidade ambiental.

16.2 O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Não é permitida a divulgação dos serviços prestados pela empresa sem prévia anuência da Polícia Federal.

17.2 As informações geradas a partir da execução dos serviços contratados, passarão a fazer parte da Polícia Federal.

17.3 O presente Termo de Referência deverá ser vinculado ao contrato, como condição de execução dos serviços.

17.4 A Polícia Federal será o responsável para dirimir os casos omissos ou não previstos por este Termo de Referência.

Brasília/DF, 18 de setembro de 2017.

BERNARDO CALDAS ROSSI

Agente de Polícia Federal

Matrícula 15.716

De acordo.

JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC

Delegado de Polícia Federal

Aprovo o presente Termo de Referência a fim de atender às necessidades da CAOP, devidamente justificadas no item 2, de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 5.450/2005.

ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO

Delegado de Polícia Federal

Diretor Executivo

Coordenador de Aviação Operacional em exercício	
--------------------------------------------------------	--

[1] 91.503 - EQUIPAMENTOS DE VOO E INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

(a) O piloto em comando de um avião deve assegurar-se que os seguintes equipamentos de voo, cartas aeronáuticas e informações operacionais, em versões atualizadas e em formato adequado, estarão disponíveis na cabine de pilotos do avião em cada voo:

(1) uma lanterna elétrica portátil com pelo menos duas pilhas tamanho "D" ou equivalente, em boas condições de operação.

(2) uma lista de verificações da cabine dos pilotos contendo os procedimentos listados no parágrafo (b) desta seção.

(3) cartas aeronáuticas pertinentes às rotas.

(4) para voo IFR ou VFR noturno, as pertinentes cartas de aerovias, áreas terminais, procedimentos de aproximação e de saída por instrumentos.

(5) em caso de aviões multimotores, os dados de desempenho para subidas com um motor inoperante.

(6) O Manual de Voo do Avião, se aplicável.

[1] Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)



Documento assinado eletronicamente por **BERNARDO CALDAS ROSSI, Agente de Polícia Federal**, em 18/09/2017, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JACKSON RIMAC ROSALES ALLANIC, Coordenador - Substituto (a)**, em 18/09/2017, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4015212** e o código CRC **9C1F94BD**.